



Estudo ficou concentrado naquele espaço por causa da possibilidade de expansão e por ser próximo à rodovia, ferrovia e grandes operadores portuários. Por enquanto, ainda não há perímetro específico delimitado

Área Continental é viável para ZPE

Documento do Governo Federal, entregue ontem, atesta que região de Santos pode receber Zona de Processamento de Exportação

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Área Continental de Santos é viável para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE). O estudo de viabilidade econômica, solicitado pela Prefeitura e executado pela InfraSA, foi apresentado pelo presidente da empresa pública federal, Jorge Bastos, e pela secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, ontem, na sede da Autori-

dade Portuária de Santos (APS).

Segundo o MPor, implantar uma ZPE na Baixada Santista é uma forma de estimular as vendas externas em um regime aduaneiro especial, destinado a gerar benefícios às exportações no Brasil. O ministério reconhece, ainda, que Santos possui áreas adequadas à implantação de atividades industriais com foco em tecnologia de ponta, alto valor agregado e baixo impacto ambiental.

BENEFÍCIOS FISCAIS

O Governo Federal destacou que as empresas que se instalam em ZPE têm acesso ao tratamento tributário, cambial e administrativo específicos. Para a aquisição de bens e serviços no mercado interno há suspensão da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Cofins e PIS/Pasep. Nas exportações, também são suspensos o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Imposto de

Importação.

Com isso, considerando o volume de cargas movimentadas no Porto santista, a ZPE fortalecerá a competitividade das exportações brasileiras, além de gerar mais emprego e difundir novas tecnologias no País.

“A iniciativa de implantação da ZPE na Baixada Santista permitirá adensar não apenas o tecido industrial da região, com foco no comércio exterior, mas também vai agregar valor estratégico à logística, às ativida-

des e aos investimentos portuários atuais e futuros”, afirma Mariana Pescatori.

A secretária destaca que o ministério defende esse tipo de empreendimento próximo à área de influência dos portos organizados, pois permite criar sinergias e complementaridades nos modelos de porto-indústria e hub port, que permitem que os grandes porta-contêineres sejam carregados e descarregados em uma única parada por região.

O presidente da InfraSA, Jorge Bastos, diz que a empresa “está orgulhosa de poder entregar este estudo de viabilidade, demonstrando a força do Porto de Santos para o Brasil”.

O presidente APS, Anderson Pomini, afirma que “os principais portos do mundo contam com suas ZPEs, e isso impulsiona o seu próprio desenvolvimento e de seus países. O mesmo precisa acontecer em Santos”.